

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA DE PERÍODO INTEGRAL PARA A QUALIDADE DE ENSINO

Francisco Alexandre da Silva¹
Alex Moura Silva²

RESUMO

A Teoria das Representações Sociais nos possibilita compreender, modos, crenças, atitudes e valores de um grupo, na qual se pode analisar. As políticas públicas periodicamente envolvem a sociedade nos holofotes educacionais, pois o interesse na qualidade de aprendizagem é de todos. O Objetivo deste artigo é proporcionar uma abordagem introdutória da Teoria das Representações Sociais, assim como compreender as propostas pedagógicas da Escola de Período Integral e o desejado alcance das metas dos Planos de Ensino Nacional e Estadual que objetiva a Qualidade de Ensino. Implantado no Estado de São Paulo no ano de 2012, o Programa de Ensino Integral ainda vive momentos de acertos e desacertos dos caminhos de uma proposta pedagógica necessária à contemporaneidade educacional. Os referenciais teóricos como Marcílio, Moscovici, Villas Boas permitem dialogar com o Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação na busca de um ensino com qualidade. Contudo, o processo de ensino e aprendizagem é um cenário de contínuas mudanças, inquietações, desejos e experimentações que almejam o sucesso.

Palavras-chave: Educação, Representações Sociais, Ensino e Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade apresentar de forma sucinta do contexto da formação de professores permeados e fragmentado pelas políticas publicas brasileira sobre interferências sociais e culturais.

Abordar a Teoria da Representações Sociais neste artigo, é uma forma de contextualizar e possibilitar um esclarecedor entendimento das fragmentações no processo educacional brasileiro. Justifica-se nessa complexidade que a sociedade sofre mudanças contínuas, nos possibilitando objetivar e ancorar um determinado ideal com pesquisas fidedignas para uma melhor compreensão do Universo Educacional

Os ideais da proposta da Educação Integral, com base nas premissas pedagógicas, que podem promover uma educação integradora pautada no diálogo, no protagonismo juvenil e no Projeto de Vida do aluno deixa ser um simples projeto e passa a ser uma necessidade emergencial para o atual cenário educacional que presencia na contemporaneidade.

¹ Mestrando em Educação da Universidade Ibirapuera - SP, franciscounib@gmail.com;

² Mestrado em Educação da Universidade Ibirapuera - SP, alex.m.s.2018@gmail.com;

As legislações brasileiras exigem educação de qualidade. A fundamentação da constituição Federal de 1988, assim como a Lei de Diretrizes e Bases de número 9.394/96 nos permite compreender tamanha responsabilidade. Contudo a Lei 13.005/14 do Plano Nacional de Educação, assim como a Lei nº 16.279/16 do Plano Estadual de Educação traz principalmente metas e estratégias.

Compreende-se que mudanças são necessárias, exigidas e garantidas pelas leis. Qualidade no processo de ensino e aprendizagem é cada vez mais evidenciando. Porém ainda os desafios, as angústias do processo educacional ainda não está fácil de ser equacionado.

1.1. CONTEXTOS HISTÓRICOS DA FORMARÇÃO DOCENTE

A educação brasileira sempre foi um campo de disputas ideológicas, é um peregrinar desde a década de 1932. Evidenciado pela igreja católica e grupos de conservadores que lutava pela hegemonia histórica calcada nos seus desejos e planos em conduzir a política educacional brasileira. Antagonizado pelos liberais e progressistas que se aderiu aos ideários da Escola Nova que embasava suas lutas na defesa de uma escola pública para todas as crianças e adolescente de sete aos 15 de idade (BITTAR e BITTAR 2012).

O magistério é parte mais importante no contexto educacional, a eficiência, o rendimento escolar e a formação do aluno. Assim como, a formação e capacitação docente, o entusiasmo pelo ensino, a vocação, a preparação e o treinamento, são constituintes para a realização de um processo de educação com seriedade e com qualidade. Para combater o fracasso escolar e cobrar qualidade de educação, deve-se investir de forma enfática na formação do professor (MARCÍLIO, 2014).

De acordo com Perrenoud 2001, o ensino é concebido como um processo de tratamento da informação e de tomadas de decisões em sala de aula. Diante deste contexto o professor precisa compreender o seu processo relacional com o protagonista deste meio que é o educando. É uma vivência interativa, de comunicação complexa, mediadas pelas incertas. O educador planeja suas ações, prepara roteiros, mas não descarta se aventurar aos imprevistos decorrente e desconhecidas, provenientes dos educandos.

Oportunizar ao educando um saber em princípio de ações e possibilitar caminhos à constituição nas práticas de outros saberes são indispensáveis para o processo de ensino e aprendizagem. Contudo o educador necessita conhecer as diferentes dimensões e caracterizar a essência da prática tornando mais seguro o seu desempenho profissional (FREIRE, 2006).

É necessário possibilitar aos educandos um encantamento no processo de ensino e aprendizagem, um ambiente alegre com princípio à aprendizagem e à criatividade. Contudo, educandos e educadores são protagonistas deste universo, cabendo aos educadores iniciar o processo primário de aprendizagem, medir o decorrer deste processo, assim como participar junto aos envolvidos do sucesso alcançados pelas metas estipuladas (CORTELLA 2011).

Nas últimas décadas tem ocorridos um esforço considerável na área educacional, procurou-se aumentar os anos de escolaridade da população, investimento em infraestrutura física e tecnológicas, reformulações de currículo, ampliar a ofertas na educação superior. A formação docente recebeu atenção por diversos meios na formação inicial e continuada, assim como oferta e distribuição de livros didáticos. Isso são algum dos investimentos das políticas públicas (GATTI, BARRETO e ANDRÉ, 2001).

E continuidade à Gatti, Barreto e André 2001, compatibiliza-se que a formação de professores ainda está distante de uma qualidade educacional almejada pelos profissionais docentes. Contextualizada com a formação inicial docente, formação continuada e valorização profissional. É notório que os anseios dos profissionais da educação estão aspirados às condições sociais e de trabalhos, com fortes características socioeconômicas e culturais. Assim como, estruturas de carreira e salários, formação básica e continuada.

1.2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A realidade coletiva diverge da realidade física, e através da ciência pode-se constatar um universo de dúvidas, certezas e incertezas. Enquanto isso as representações sociais inferem-se neste contexto como um universo consensual, restaurando a consciência coletiva com explicações dos objetos e acontecimentos tornando-os acessíveis aos interesses da realidade contemporânea. (MOSCOVICI-2015).

São prelúdios da representação social, como uma modalidade de conhecimento particular que objetiva analisar, examinar e contextualizar, comportamentos, modos, crenças e valores dos relacionamentos entre os indivíduos. Embasados com apropriação de conhecimentos oriundos de experiência do dia a dia, assim como das reapropriações de significados de valores e costumes consolidados em um determinado período (BÔAS, 2010).

De acordo com Bôas 2014, o processo de investigação depende do objeto a ser analisado. Contudo, os comportamentos entre os indivíduos e sociedade preexistente obedecem às ordens cronológicas, com curta, média e longa duração, implicando diretamente no contexto analisado aos grupos e finalidades compartilhadas.

Na contemporaneidade somos confrontados diariamente com uma quantidade de informações exorbitante. É necessário se afastar da propagação comum de informações diluídas pelos veículos de comunicação e despertar as habilidades investigativas que há em cada indivíduo. Desviar-se dos pensamentos, modos e meios conciliados entre determinados grupos torna-se necessário, pois evita-se fomentar a criação de novas representações divergentes infundadas na informação genuína do fato (ALVES-MAZOTTI, 2008).

A psicologia social permite-nos questionar, debater e compreender os movimentos orgânicos e suas especificidades, com respeito as relações microssocial e macrossocial de indivíduos, grupos, personalidades e culturas (MARCOVÁ, 2017).

O bojo da formação de professores embasadas Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), endossadas com suas resoluções, permite-se um diálogo riquíssimo fomentado pela qualidade da formação docente com reflexo no processo de ensino e aprendizagem da educação básicas tendo como prenuncio alcançar metas de melhorias com o plano nacional de educação e articulado aos planos estaduais que são fomentados e assegurados por leis e resoluções (BRASIL, 1998).

As Representações Sociais nos permitem compreender os variados tipos de movimentos com suas referidas relações micro e macrossociais permeando entre o individual e o social. Nos possibilita entender as relações ou interações entre as pessoas ou um objeto. O confronto entre o Eu e Outro são concebidos de forma natural experienciadas pelas expectativas, compreensão do novo e consolidada por experiências sociais (MARKOVÁ, 2017).

Para Bôas 2104, apesar dos conteúdos representacionais serem ancorados no passado, a manutenção no presente deverá ser atualizada através incremento com seguridade pelas relações constituídas no transcorrer do processo. Surge por um período temporal, permeado pelos diálogos, conferências e se concretiza com ações de experimentos. Contudo, o objeto representado e defendido para ser mantido necessita do embasamento no seu valor social dialogando com a história do grupo no seu contexto e complexidade.

Sociedade é orgânica, passa por uma metamorfose contínua, com suas interfacções do sistema de relações humanas gerando crenças, normas, linguagens, rituais coletivos, valores e outras categorizações. Contudo, as representações sociais ou coletivas incorporam este contexto, permitindo-nos entender que após todas essas inferências as representações sociais tornam-se estáveis com exercícios de coerções na constituição da sociedade (MOSCOVICI, 2015).

Para Santos e Dias 2015, a Teoria das Representações Sociais não é apenas discussões nasce das contribuições filosóficas, sociológicas e antropológicas proporcionando ao longo deste processo, criar, formar e transformar através do amadurecimento. Contudo torna-se indispensável certificar ou contradizer a Teoria das Representações Sociais.

De acordo com Bôas 2014, as representações sociais nos possibilitam aprofundar as análises nos comportamentos sociais e atitudinais dos indivíduos, inferindo nos conhecimentos diretamente, assim como em situações pré-existentes. Contudo, as diferentes temporalidades permitem-nos a abordagem de dois processos que são, objetivação e ancoragem, onde se transforma o não familiar, as ideias, os seres, em palavras e ações próximas da realidade cotidiana, proporcionando o inconcebível em admissível (MOSCOVICI, 2015).

De acordo com Moscovici 2015, a ancoragem é um processo realizável por um indivíduo ou grupo. Quando se dispõe em transformar algo estranho, perturbador e intrigador, à uma sistematização particular, tornando-se de fácil acessibilidade e de comum apropriação. É um processo que após sua maturação permite-se classificar e dar nome as coisas, tornando-se o que era estranho e ameaçador em algo comum, período que se permite avaliar ou descrever algo, pois foi rompido o bloqueio da experimentação, da resistência e do distanciamento. A objetivação permite-nos unir o não familiar em familiar. Contudo, são categorizações dependentes das condições sócio-históricas, não permite associações a princípios atemporais, imutáveis e consagrados pois são transformados e reapropriados na contemporaneidade (BÔAS, 2014).

De acordo com Santos e Dias 2015, ancoragem significa dar nomes aos objetos e classificando-as dando ressignificado, possibilitando meios para categorizar e torna comum o que parece ser estranho enquanto a objetivação tem a função de objetivar a ancoragem, demonstrando o conhecimento prescindido pelo sujeito transformando algo abstrato em concreto.

1.3. A PROPOSTA DA ESCOLA DE PERÍODO INTEGRAL

Presencia-se na educação brasileira um novo tempo, uma nova era. E com isso mudanças, adaptações em busca de melhor resultado oriundo das práticas no sistema de ensino e aprendizagem. No início de 2012 o governo paulista implantou o Programa de Ensino Integral – PEI, com proposta de valorização da profissão docente e uma nova organização da rede estadual de educação. Proposta que ainda não se concretizou de acordo com o seu desígnio inicial. Novos decretos, novas resoluções foram implantadas para suprir os anseios dos profissionais da educação, assim como um olhar diferenciado para os atuais educandos que vivenciam esse programa (DIAS, 2018).

De acordo com Dias 2018, o PEI surge após várias análises de vários programas similares no Brasil. Houve uma experiência exitosa no estado do Pernambuco, Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo presenciava um programa similar que era as ETIS - Escolas de Tempo

Integral, que teve início em 2006. Todos estes modelos de programas são fundamentados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova proposta da década de 1930.

Em 2014, aprova-se o Plano Nacional de Educação Básica. A vista disso, novas incumbências nos remetem este documento. São estipuladas no total 20 metas e estratégias. Contudo a meta 6 solicita oferecer a educação em tempo integral no mínimo 50% das escolas públicas de forma que atenda pelo menos 25% dos alunos da educação básica. Significa que é necessário estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública.

No ano de 2016, entra em vigor o Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo e dentre sua redação há também 20 metas e estratégias. A meta 6 reforça os mesmos objetivos da meta 6 do Plano Nacional de Educação descrita anteriormente. Suas estratégias permeiam em garantir a educação Integral a todos os alunos da educação básica, proporcionando o desenvolvimento pleno das crianças, adolescentes e jovens, sobre suas interações com conhecimento valores e culturas. Outro destaque importante acentuado como estratégias é estimular o protagonismo dos educandos por meio de estratégias metodologias curriculares, que integrem conhecimentos, competências e habilidades, contemplando o desenvolvimento integral do educando.

De acordo com o Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo – PEE/SP, o modelo de gestão do Programa de Ensino Integral tem como eixo principal o Projeto de Vida dos alunos. Entretanto, as ações das unidades escolares devem ser planejadas e organizadas para uma execução que viabilize atender as respectivas demandas dos seus alunos dentro da proposta curricular de cada secretaria, em consonância com a da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Segundo o PEE/SP a metodologia adotada para a Gestão do PEI traz como orientador principal o PDCA implicando em planejar, executar, monitorar e avaliar, em síntese, é o planejar, fazer, checar e agir. A Missão, Visão de Futuro, e Valores do PEI define estratégias até 2030 afim de assegurar que a educação no estado de São Paulo seja reconhecida por sua qualidade no cenário internacional. O documento ainda detalha o Protagonismo Juvenil, a Formação Continuada da Equipe Escolar, a Corresponsabilidade, a Excelência em Gestão e a Replicabilidade como Premissas do Programa. Dentre vastas descrições do programa vale destacar os instrumentos de e Práticas de Gestão que são: Alinhamento Vertical e Horizontal, Plano de Ação, Plano de Ação Integral (PAEI), Programa de Ação, Guia de Aprendizagem, Agenda Bimestral, Agenda da Escola, Procedimento Passo a Passo (PPP), Indicadores de Metas e Resultados Esperados.

2. METODOLOGIA

O presente artigo utilizou um estudo bibliográfico sobre a Teoria das Representações Sociais, e a proposta do Programa de Ensino Integral da Secretaria de Educação de São Paulo – SEDUC/SP. De acordo com Severino 2017, a pesquisa bibliográfica caracteriza um apanhado de dados que também são utilizados em outros registros como análise documental de outros autores científicos (SILVA, DA SILVA, 2022)

Portanto, o objeto deste estudo permeia-se em fazer uma pesquisa bibliográfica e realiza-se um estudo exploratório dos assuntos relacionados ao tema propostos. Para Gil (2008), a grande vantagem da pesquisa bibliográfica é permitir ao pesquisador um vasto conjunto de conteúdos assim como, uma autonomia e grande liberdade a este contexto. Realizou-se um levantamento de artigos e livros, considerando que para se iniciar uma pesquisa é necessário um ponto de partida na qual possibilita ao pesquisador fomentar seus anseios, assim como vivenciá-los. (DE JESUS LIMA, 2019)

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente artigo nos permite supervisionar de modo crítico o contexto que se vivencia na educação na contemporaneidade, Marcílio 2014, nos possibilita entender o contexto da história da educação no Brasil e precisamente em São Paulo. Freire assim como Cortella nos proporciona o olhar pedagógico com suas interfaces sociais e políticas. Permitindo uma conversa direta com os educadores e suas vivências com os educandos.

A Teoria das Representações sociais representada diretamente por Moscovici, indo ao encontro com Marcová e demais autores, nos permite compreender os contextos sociais, seus anseios e suas temporalidades. Conclui assim que, as interfaces da educação podem ter uma periodicidade de longo, médio ou curto espaço de tempo, necessitando de um olhar específico para cada momento.

Revisitar o Plano Nacional de Educação, assim como Plano Estadual de Educação foi importante para entender as atuais políticas educacionais, e compreender que o Programa de Ensino Integral está fundamentado nas legislações e suas metas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs uma abordagem sobre a Teoria das Representações Sociais sobre a profissão docente da educação básica. A proposta pedagógica da escola de Período Integral que tem como objetivo a qualidade de ensino.

A Teoria das Representações Sociais possibilita compreender a complexidade do atual contexto que se presencia na educação brasileira. A falta do profissional docente, a desvalorização salarial, o prestígio profissional, o adoecimento do docente. Contudo a grande preocupação com qualidade educacional sempre irá permear entre as leis, resoluções e decretos dos emaranhados das políticas públicas.

Pode concluir ao experienciar este trabalho, o leitor tem possibilidades de entender a metamorfose educacional que se presencia no sistema educacional brasileiro. Depara-se que para PNE em breve tempos completará uma década e talvez ainda não atingiu 50% do proposto como metas. Assim como o PEE/SP que completou 6 anos de exercícios e ainda há muito o que executar para atingir as metas elencadas.

6. REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, v.1, n.1, p. 18-43. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8993/ml.v1n1p18->.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, 2012, 34.2: 157-168. (dissertação).

BÔAS, Villas; SANTISO, Lúcia Pintor. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, 2010, 40: 379-405.

BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas. Representações sociais: a historicidade do psicossocial. **Revista Diálogo Educacional**, v.14, n.42, P 585-603, 2014. DOI: <http://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.042.A004>

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996**. Lei de diretrizes e Bases da educação Nacional, 1996.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DE JESUS LIMA, Talita, et al. **EDUCAÇÃO INTEGRAL: PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**. 2019.

DIAS, Viviane Cristina. Programa de ensino integral paulista: problematizações sobre o trabalho docente. **Educação e Pesquisa**, 2018, 44.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siquera de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2001.



MARKOVÁ, Ivana. A fabricação da teoria de representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*, V.47, n.164, p.358-375, 2017.

Lei n. **16.279**, de 08 de junho de 2016.

Lei n. **13.005**, de 25 de junho de 2014.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2014.

MOSCOVICI, Serge: **Representações Sociais**. investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2015

PERRENOUD, Philippe, **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais Competências?** Organizado por: Léopold Paqyay, Philippe Perrenoud, Marguerite altet, Évelyne Charlier. 2.ed. Artmed Editora, 2001

SANTOS, Cássia Ramos dos; Dias, José Manuel de Barros. Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v.8, n.1, p.173-187, 2015.

SILVA, Alex Moura; DA SILVA, Francisco Alexandre. Do modelo tradicional ao ambiente virtual de ensino na rede pública e privada do estado de São Paulo. **Sapienza: International Journal of Interdisciplinary Studies**, 2022, 3.1: 712-718.

